

Conhecimento, Criatividade e Novas Dinâmicas Urbanas: Repensar os Territórios De Baixa Densidade Em Portugal

Knowledge, Creativity and New Urban Dynamics: Re-Thinking Low-Density Territories in Portugal

Domingos Vaz

dvaz@ubi.pt

Departamento de Sociologia, Universidade da Beira Interior

Jordi Nofre

jnofre@fcsh.unl.pt

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Resumo/ Abstract

Actualmente, três quartos da população da União Europeia é urbana. No entanto, grande parte da população urbana vive em cidades pequenas ou medianas, as quais desempenham um papel importante na reversão de dinâmicas populacionais e económicas negativas, nomeadamente em territórios de baixa densidade que apresentam na actualidade desafios críticos face ao seu progressivo despovoamento. Para o caso do interior de Portugal, o capital territorial das pequenas e médias cidades tem-se tornado um factor fundamental na atracção de novas actividades económicas, nomeadamente do âmbito cultural, artístico, criativo e até científico. Este texto pretende contribuir para o debate sobre as novas oportunidades de desenvolvimento dos territórios de baixa densidade do interior português. Para isso faz uma sistematização dos factores fundamentais que favorecem a criação, implementação e o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente das estratégias, políticas e acções conjuntas derivadas da especialização inteligente regional. O artigo é concluído com a formulação de uma proposta de uma nova agenda de investigação em territórios de baixa densidade do Interior português.

Today, three quarters of the European Union's population is urban. However, a large part of this urban population lives in small or medium-sized cities. They have an important role in addressing negative population and economic dynamics, especially in low density areas that are currently experiencing depopulation. In Portugal's countryside, the territorial capital of small and medium-sized cities has become fundamental in attracting new economic activities, especially in the fields of culture, arts, creativity and even science and technology. This paper aims at contributing to make a step forward in the exciting debate about new opportunities of development of low density territories in the Portuguese countryside, while proposing at the same time a new research agenda.

Palavras-chave: Cidades médias e pequenas; Desenvolvimento local; Territórios de baixa densidade; Portugal.

Códigos JEL: R10, R11, R58

Keywords: Small and medium-sized cities; local development; low-density territories; Portugal

JEL codes: R10, R11, R58

1. INTRODUÇÃO. TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE NUMA EUROPA URBANA

Ao longo da segunda metade do século XX, a população urbana tem tido progressivamente um papel cada vez maior na estrutura demográfica europeia. Enquanto em 1950 a população europeia rural ainda era maior do que a urbana, em 2017 cerca de setenta e cinco por cento da população da União Europeia vive em áreas urbanas (Eurostat, 2016), embora ocupando apenas dezassete por cento do total do território europeu (PBL, 2016). As Nações Unidas têm sublinhado recentemente que no cenário do ano de 2050, a Europa terá uma população urbana em redor dos oitenta por cento (UN, 2014).

A grande parte da população urbana europeia vive em cidades de média e pequena dimensão. Assim, no âmbito do quadro urbano europeu, interessa salientar aqui a vital importância dos chamados ‘territórios de baixa densidade’ para o futuro (geo) político, económico, ambiental e social do continente. Estes territórios desempenham um papel importante não só na qualidade de vida das suas (presentes e futuras) populações como asseguram um papel potencial para reverter dinâmicas populacionais e económicas negativas que na actualidade apresentam desafios críticos face ao seu despovoamento decorrido, com especial intensidade, desde meados do século passado, nomeadamente em países euromediterrânicos.

A expressão ‘territórios de baixa densidade’, nomeadamente em regiões do Sul de Europa que pertencem a países centralizados como Portugal, França e Itália, diz respeito à persistência de problemas estruturais em algumas regiões, relativos não só à dimensão demográfica, mas também à existência de elevados índices de desqualificação e a um tecido empresarial com fraca capacidade empreendedora e de inovação, no quadro de diversidade e dinamismo institucionais incipientes (Covas, 2007). Contudo, apesar de envolverem menos efectivos demográficos, os territórios de baixa

densidade assumem grande significado quer pelas suas características de urbanização *in situ* – entendida enquanto processo através do qual as populações mudam de ramo de actividade, modificam os seus consumos, as suas maneiras de viver, a sua utilização do tempo, permanecendo no lugar ou na localidade que anteriormente constituía a base da sua economia (e.g., Nazareth, 1988; Costa, 1993; Gaspar, 2005) – quer, também, pelos vínculos territoriais que se tecem na sua formação em que participam e interactivam as designadas ‘componentes locais’.

No entanto, o problema hoje nos ‘territórios de baixa densidade’ nos países do Sul da Europa não será tanto de subdesenvolvimento e ainda menos de isolamento geográfico. Nestes territórios estão com frequência co-presentes elementos de urbanidade e de ruralidade que se projectam na espacialidade e na temporalidade das gerações e dos modos de vida das suas populações. Em Portugal, algumas das cidades médias e pequenas do interior do país¹ apresentam hoje alguns dos elementos como os acima mencionados que as tornam núcleos dinamizadores dos territórios de baixa densidade do país e contribuem para fortalecer a tendência à reversão das dinâmicas populacionais e económicas negativas que têm caracterizado estes territórios de baixa densidade. Admite-se que algumas cidades médias podem erigir-se em meios inovadores pela localização privilegiada de actividades criativas no campo económico mas também no campo social. Nesse sentido, estas cidades estão particularmente bem apetrechadas para alargarem a noção de recurso económico ao território no seu conjunto: cres-

¹ No território nacional, historicamente caracterizado como um país de vilas e aldeias, a escala da pequena cidade constitui um traço marcante da sociedade portuguesa. Pensamos nas localidades que no nosso país se convencionou designar de cidades médias e pequenas, sendo poucas as que ultrapassam os 100 mil habitantes e a maior parte não atinge sequer os 50 mil. Na Europa (França e Inglaterra), ou na América (Brasil ou Canadá) a caracterização e definição de “cidade pequena” e “cidade média” apresentam diferenças substanciais por causa não só da dimensão destes núcleos urbanos mas, sobretudo, pelas funções económicas, sociais e político-administrativas que desempenham nos respectivos sistemas nacionais urbanos.

cer atractivamente através dos recursos naturais e patrimoniais, históricos e socioculturais pode gerar novas formas de desenvolvimento territorial. A análise do “capital territorial” pode facilitar o entendimento integrado destas questões. O “capital territorial” remete para os elementos constitutivos da riqueza do território (actividades, paisagens, património, conhecimentos, etc.) na perspectiva não de um inventário quantificado, mas sim na busca de especificidades que podem ser valorizadas.²

Em particular o caso da Raia Central das Beiras perspectiva muito esta realidade. Nas suas cidades (Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Guarda e Viseu), a cooperação estratégica entre os diferentes actores da economia local, os centros de I&D da Universidade da Beira Interior, dos Institutos Politécnicos, do Pólo da Universidade Católica de Viseu, e os respectivos governos locais tem um enorme potencial para ser reforçada. Esta relação em forma de ‘tripla hélice’ (Leydesdorff & Etzkowitz, 1996; Etzkowitz & Leydesdorff, 2000) resulta de um grande interesse para um reposicionamento dos territórios de baixa densidade do interior português como áreas estratégicas complementares de desenvolvimento socioeconómico ao nível nacional. Enquanto modelo de inovação a ‘tripla hélice’ assenta na hipótese de que numa economia baseada no conhecimento, e a inovação surge a partir das interações entre empresas, universidades (leia-se Instituições do Ensino Superior) e instituições públicas; sendo as empresas os *locus* da produção, as universidades a fonte de conhecimento e tecnologia e as instituições públicas providenciam as relações contratuais que garantem estabilidade nas interações e trocas. Trata-se de um modelo regionalizado, dado que na região, os seus recursos e capacidades potenciam o funcionamento da ‘tripla hélice’ e as dinâmicas de rede entre os diversos actores e/ou instituições estimulando a criatividade organizacional e a coesão regional.

Este artigo parte das ideias presentes em vários trabalhos sobre desenvolvimento local num contexto pós-rural no interior português, nomeadamente na região NUTS II Centro (Ramos & Santos, 2007; Selada *et al.*, 2011;

² O capital territorial representa o conjunto de elementos à disposição do território, de carácter tanto material como imaterial, que podem constituir, de certo modo, activos, e de outro modo, dificuldades. É um conceito dinâmico e que pode ser mobilizado nas intervenções que têm o território por objecto. Está vinculado à ideia de projecto e à busca de competitividade territorial (Camagni, 2009).

Ferrão, 2012; Leitão & Silva, 2012) para argumentar que, factores como a inovação empresarial ligada à economia do conhecimento assim como a produção e consumo de práticas artísticas, criativas, para além do fomento a uma qualidade de vida baseada em amenidades naturais, culturais e simbólicas, merecem ser sublinhados.³ Tais factores têm potencial para transformar as cidades de média e pequena dimensão das sub-regiões das Beiras em núcleos dinamizadores dos territórios de baixa densidade, tendencialmente mais multifuncionais e criando novas condições estruturais sociodemográficas e espaciais que permitam reverter a perda e o crescente envelhecimento populacional destes territórios num cenário de meio-prazo.

Na primeira secção do artigo é discutido o papel da criatividade e da inovação e sua viabilidade para as cidades de média e pequena dimensão, assim como a sua importância para a investigação científica e para a acção política. Na segunda secção é abordada a temática dos territórios de baixa densidade inteligentes e a pós-ruralidade, ultrapassando a visão estruturalista das relações cidade-campo, antes revalorizando a sua redinamização socioeconómica, cultural, política e institucional através de actividades ligadas ao conhecimento, à criação artística e à inovação territorial e tecnológica. Na terceira secção, são referenciadas as principais oportunidades e desafios, recenseados na literatura especializada e, que, defrontam os territórios de baixa densidade do interior português, numa visão integrada rural-urbano. É levada a cabo uma sistematização dos factores fundamentais que favorecem a criação, implementação e o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente das estratégias, políticas e acções conjuntas derivadas da especialização inteligente regional. Concluimos o artigo com algumas ideias de síntese, e com a formulação de uma proposta de uma nova agenda de investigação em territórios de baixa densidade do Interior português.

O artigo insere-se numa parceria de investigação entre os dois autores deste texto em redor do papel da estudentificação e ludifica-

³ A criatividade e a inovação são dois conceitos que andam de mãos juntas. A criatividade é essencial para pessoas que querem inovar, inventar, criar coisas novas. É importante referir que a criatividade, pode significar também inovar, ou seja, melhorar alguma coisa já existente. A inovação, por sua vez, caracteriza-se pela valorização económica bem-sucedida de novas ideias. Para uma discussão sobre estes dois conceitos e o papel reconhecido às cidades veja-se A. Couto (2014: 110-ess).

ção de vida quotidiana em cidades de média e pequena dimensão universitárias de Portugal e o seu papel nas mudanças urbanas, sociais e culturais em curso nestas cidades.

2. CRIATIVIDADE, INOVAÇÃO E CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: UM CAMPO DE MÁXIMO INTERESSE CIENTÍFICO E POLÍTICO

Ao longo das últimas duas décadas, e para além da sua importância quantitativa, o papel da economia criativa, artística e do conhecimento na revitalização socioeconómica das áreas centrais urbanas nas cidades pós-industriais tem sido largamente estudado desde diferentes abordagens metodológicas e disciplinares para um número muito significativo de cidades do mundo (e.g., Pratt, 1997; Landry, 2000; Hall, 2000; Mommaas, 2004; Pratt, 2004; Scott, 2006; Lazzaretti *et al.*, 2008, 2009; Evans, 2009).

A literatura científica tem ainda e em grande parte privilegiado as grandes cidades e as metrópoles anglófonas no estudo da relação entre a economia criativa e o desenvolvimento territorial. Uma primeira interpretação permitiria admitir que as cidades de média dimensão ou pequenas não garantem geralmente as “pré-condições” necessárias de ambiente para atraírem as pessoas criativas (Jayne *et al.*, 2010).

Tanto as abordagens teóricas como as metodologias e as técnicas de aferição suportadas em modelos como o de capital criativo de Florida (2002) levam a uma subestimação do potencial criativo das pequenas cidades. Com efeito, a abordagem metropolitana-tendenciosa de Richard Florida (2002) tende a moldar as estratégias dos decisores políticos em grande parte das cidades globais, semiperiféricas e periféricas (Taylor, 2004) nelas incluindo as políticas públicas locais de pequenas cidades.

A questão da polarização metropolitana do modelo de capital criativo de Richard Florida é uma das abordagens mais populares (Florida, 2002). Esta teoria baseia-se nas dimensões de “Talento”, “Tolerância” e “Tecnologia” (3Ts) e é por vezes designada como uma “abordagem de pessoas com base em”. Para o autor, a força motriz por trás do desenvolvimento de uma cidade é a sua capacidade para atrair e reter pessoas criativas - a “classe criativa”. Florida inclui os trabalhadores do conhecimento “cuja função económica é criar novas ideias, novas tecnologias e/ou novo conteúdo criativo” (Flo-

rida, 2002:8). O talento migra para regiões e cidades com qualidade urbana específica e elevado grau de abertura, diversidade e tolerância. Assim, o que as cidades e regiões devem atrair, segundo o modelo, não são as empresas criativas ou de conhecimento intensivo, mas as pessoas que trabalham para essas empresas ou aqueles que possam estar capacitados para abrir essas empresas.

Este mimetismo de transferência rápida de políticas leva as pequenas cidades a seguirem ‘imaginários metropolitanos’ (Van Heur, 2010), frequentemente com resultados inadequados. Como alerta o geógrafo catalão Francesc Muñoz...

“As autoridades, geralmente sob pressão do desenvolvimento e crescimento urbano, e inspiradas nas histórias de sucesso, tendem a minimizar a importância da natureza básica da criatividade e dos bens histórico-culturais das cidades, o que tende a resultar em procedimentos normativos padrão e quadros de desenvolvimento urbano no sentido de transformar as cidades em capitais tecno-criativos” (Muñoz, 2010: 4).

A ênfase colocada em dimensões como a densidade, diversidade e tolerância na abordagem da cidade criativa de Richard Florida (Ib.), reforça as desvantagens competitivas das cidades de menor dimensão e induz a perpetuação da dicotomia ‘cidade grande / cidade criativa’ *versus* ‘cidade pequena / cidade não-criativa’. Mas esta dicotomia apresenta as maiores reservas no caso das cidades de média e pequena dimensão dos territórios de baixa densidade do interior português, nomeadamente das sub-regiões geográficas da Raia Central Ibérica.

Na análise do potencial dinamizador das cidades de média e pequena dimensão dos territórios de baixa densidade, não devem ser negligenciadas as diferentes fases do fenómeno da contra urbanização ou de ‘êxodo urbano’. Enquanto grande parte dos estudos regionais dos anos de 1980 e de 1990 salientavam com frequência a função dos determinantes económicos para a competitividade das cidades de média e pequena dimensão europeias, nomeadamente os factores de produção, a localização, e os serviços, infra-estruturas e equipamentos, e os determinantes institucionais-estratégicos locais baseados na eficácia e flexibilidade institucional (e.g., Fainstein, 1990; Peck & Tickell, 1992; Peck, 1995), desde os anos de 1990 um número crescente de autores

têm sublinhado a tendência para uma progressiva inserção de algumas regiões urbanas de pequena escala em redes urbanas policêntricas de maior dimensão (Batten, 1995; Dieleman & Faludi, 1998; Tur, 2012).

Mais recentemente, alguns outros autores têm argumentado que a ‘qualidade de vida’ dever ser também considerada como um factor fundamental na configuração das migrações urbano-rural decorridas ao longo destas últimas duas décadas (Benson & O’Reilly, 2009; Jayne *et al.*, 2010; Knox & Mayer, 2013; Buch *et al.*, 2014). Estes autores argumentam que uma parte significativa das pessoas criativas do ‘êxodo urbano’ - trabalhadores por conta própria ou proprietários de micro empresas que trabalham numa base de projecto a projecto levando a um esbatimento das barreiras entre trabalho e lazer -, estão à procura de estilos de vida alternativos aos prevalentes nas grandes cidades, dando prioridade ao bem-estar associado ao sentido de comunidade e de autenticidade locais, valorizando, entre outros factores, o desporto, a alimentação saudável, a preservação do meio ambiente e as práticas sustentáveis.

A atracção e retenção da classe criativa nas cidades médias e pequenas depende em grande parte da qualidade de vida e da qualidade do lugar, os chamados ‘amenities’ (Rogerson, 1999; Selada *et al.*, 2011), resultando também um conjunto de interesses, alianças e conflitos ligados à coexistência urbana entre ‘novos’ e ‘velhos’ moradores. Daí que alguns autores sugeriram um novo conjunto de variáveis e indicadores em alternativa aos 3Ts – talento, tolerância e tecnologia. Estes novos indicadores, além das amenidades endógenas e características locais, salientam a importância de políticas públicas locais e o papel de uma liderança institucional forte, criando as condições mais favoráveis não só para as ‘velhas’ e ‘novas’ populações mas também para os visitantes (Bell & Jayne, 2006; Muñoz, 2010; Neirotti *et al.*, 2014).

É neste novo paradigma pós-industrial, e sob a petição da Comissão Europeia no âmbito da Política de Coesão para 2014-2020, que foi concebida a visão da Estratégia que aposta num Portugal mais competitivo, criativo e internacionalizado, com uma economia baseada em produtos transaccionáveis e serviços, de elevada intensidade em conhecimento, através do reforço das capacidades de investigação e das sinergias do Sistema Nacional de Investi-

gação e Inovação (SNI&I), que completou um ciclo de crescimento e amadurecimento (FCT, 2013:12). A construção da visão estratégica partiu da reflexão sobre duas questões fundamentais: a primeira sobre as capacidades para a promoção de sinergias que potenciem a criação de conhecimento, a inovação e a progressão nas diversas cadeias de valor de cada área temática; e a segunda sobre medidas e instrumentos de política a mobilizar para uma intervenção pública eficiente (ENEI, 2014: 20).

Deste modo, foram definidos no âmbito da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) os seguintes objectivos estruturantes, visando (i) a promoção do potencial da base de conhecimentos científicos e tecnológicos; (ii) o fomento da cooperação entre as instituições de I&D públicas e privadas e entre empresas, com o reforço da política de clusteração e a promoção da transferência e circulação do conhecimento, para melhoria do nível de intensidade tecnológica e de conhecimento dos bens e serviços produzidos; (iii) a aposta em bens e serviços transaccionáveis e com valor acrescentado, bem como a internacionalização das empresas e a diversificação de mercados; o fomento do empreendedorismo, promovendo a criação do emprego e a qualificação de recursos humanos; e (iv) a transição para uma economia de baixo teor de carbono (ENEI, 2014:6).

Neste novo programa do sistema produtivo nacional, a Especialização Inteligente Regional (RIS3) do Centro de Portugal considera, entre outros, a agro-indústria, a biotecnologia, a floresta, as tecnologias da informação e da comunicação e electrónica, a saúde e o bem-estar, e o turismo como domínios diferenciadores temáticos ao nível regional. A consideração destes domínios pelo RIS3 Centro foi feita “pelos resultados que os dados estatísticos disponíveis evidenciam, seja pelas dinâmicas instaladas no território, seja ainda pelas características físicas da região baseadas em recursos endógenos diversificados (...)” (RIS3 Centro, 2016: 8). Mais particularmente, a especialização inteligente da NUTS II Centro apresenta quatro linhas de desenvolvimento regional prioritário, nomeadamente (i) o desenvolvimento de soluções industriais sustentáveis; (ii) a (re)valorização dos recursos endógenos naturais; (iii) o desenvolvimento de tecnologias para a qualidade de vida, nomeadamente no âmbito da saúde e o bem-estar; e, finalmente, (iv) a criação e implementação de acções de

inovação territorial (Ib.). Em suma, o RIS3 Centro constitui um referencial fundamental para a definição de políticas públicas e acções conjuntas *win-win* entre os diferentes actores sociais do território para a promoção e implementação de um novo desenvolvimento económico e social sustentável, inclusivo e inovador nos territórios de baixa densidade do interior português, num novo contexto de ‘pós-ruralidade inteligente’.

3. TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE INTELIGENTES E PÓS-RURALIDADE

Ao longo das últimas duas décadas, e como resultado da interacção complexa entre diversos factores socioeconómicos, tecnológicos, culturais e políticos de escala nacional e transnacional, têm aparecido novas formas pós-produtivistas de compreender e estruturar o espaço rural europeu, nomeadamente e com especial relevância para os territórios de baixa densidade dos países do Sul da Europa (e.g., André & Abreu, 2009; Lorenzini, 2010; Selada *et al.*, 2010). A visão estruturalista das relações cidade-campo reproduzidas até finais do último século é substituída hoje por múltiplos e complexos padrões decorrentes da inserção destes territórios de baixa densidade em redes urbanas crescentemente policêntricas, reflectindo as diversas formas em que o espaço rural tem sido (e ainda é no presente) transformado como resultado de recentes fases de contra-urbanização do território, por vezes favorecendo processos de gentrificação dos centros históricos das destes territórios de baixa densidade (e.g. Guimond & Simard, 2010; Nelson & Nelson, 2010; Frago, 2011; Montès, 2012; Marissal *et al.*, 2015).

A abordagem pós-rural focaliza-se na agência de actores e redes que atravessam a divisão urbano / rural e influem a produção material e simbólica do rural ao mobilizar múltiplos conjuntos de relações de poder (Battaglia *et al.*, 2015); enquanto se criam novas dinâmicas de interacção local e transnacional entre ‘velhos’ e ‘novos’ actores sociais destes territórios. Ao mesmo tempo redefinem-se novas ‘topografias de poder’ nestes territórios pós-rurais (Murdoch & Pratt, 1993; Hopkins, 1998; Halfacree, 2009), permitindo a sua redinamização socioeconómica, cultural, política e institucional através do desenvolvimento de actividades ligadas ao conhecimento, à criação artística e à

inovação territorial e tecnológica nomeadamente no âmbito industrial local, da agricultura e da floresta e da saúde e do bem-estar.

No entanto, interessa salientar que estes novos processos redinamizadores dos territórios de baixa densidade tendem a evitar, por poder originar resultados inadequados, a adopção de estratégias de desenvolvimento inspiradas em ‘imaginários criativos’ mimetizados das grandes cidades e metrópoles (Van Heur, 2010). Tais razões levam a considerar outras variáveis e indicadores para “captar” o que é específico e característico do potencial criativo de pequenas cidades. Este seria o caso, por exemplo, das cidades de Viseu, Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco nas regiões envolventes face ao forte dinamismo das cidades de Lisboa e Porto decorrente do recente e intenso processo de turistificação dos seus centros históricos. No caso das cidades acima mencionadas, como em outras dos territórios de baixa densidade do interior português, releva-se a importância de políticas de desenvolvimento local ao longo dos últimos anos – isto é, ao longo da transição da ruralidade à pós-ruralidade nesta região do interior português – baseadas nos grandes eixos definidos pelas diferentes plataformas de inovação e de especialização inteligente regional (RIS3) e que têm tendido a considerar outras variáveis e indicadores para ‘captar’ o que é específico e característico do potencial criativo destas cidades de média e pequena dimensão do interior português.

4. PÓS-RURALIDADE NO INTERIOR PORTUGUÊS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS.

A revisão da literatura publicada sobre o desenvolvimento local e regional dos territórios de baixa densidade do interior português (Cavaco, 1999; Simões, 2005; Leitão e Silva, 2012; Couto, 2014; Carvalho, 2014; Santos, 2014; Vaz e Matos, 2015; entre muitos outros) tem-nos permitido uma sistematização (sempre aberta a discussão) dos factores fundamentais que favorecem a criação, implementação e desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente das políticas, estratégias e acções conjuntas derivadas da especialização inteligente regional RIS3. Estes factores são (i) a existência de práticas consolidadas de governança participativa; (ii) níveis elevados de qualidade de vida sustentável através de promoção de

ambientes urbanos com baixa emissão de carbono; (iii) empreendedorismo social e (auto-) empoderamento; e (iv) elevado dinamismo de redes multiescalares e multi-plataforma.

No âmbito institucional, devemos salientar a pertinência de práticas consolidadas de governança participativa como uma dimensão transversal e central também relacionada com a coordenação de actores e o seu (auto-) engajamento e (auto-) empoderamento, permitindo a participação activa dos diferentes actores sociais dos territórios de baixa densidade e promovendo acções conjuntas *win-win* de cooperação local, regional e trans-regional – e.g. *cases studies* em Jyväskylä (Finlândia) e Barnsley no Reino Unido (Selada *et al.*, 2011); Cinque Terre, Val d’Orcia e Ravello na Itália (Lorenzini, 2010). Não raro no sucesso destas acções é determinante o envolvimento de certas pessoas particularmente eficazes em exploração imaginativa e criativa (Schienstock, 2005). De maneira mais particular e relevante, em territórios de baixa densidade como no caso das sub-regiões Raia Central Ibérica, os aspectos não-económicos adquirem mais visibilidade, desde um forte senso de identidade ao ‘espírito’ comunitário. Os contactos face-a-face, as redes informais e a partilha de conhecimento tácito são características desses lugares, sendo as actividades de base local e o engajamento cívico muito importante para o sucesso das acções de transformação criativa, por vezes através de processos de (auto-) empoderamento promovidos pelas instituições locais. Daí que deve sublinhar-se a importância das políticas públicas locais para a promoção de condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente destas actividades.

Em segundo lugar, nos casos de estudo revisados confirmamos que o desenvolvimento de actividades ligadas ao conhecimento, à criação artística e à inovação territorial e tecnológica em territórios pós-rurais de baixa densidade são desenvolvidas, na sua maioria, com base em activos endógenos, como as paisagens naturais, o património cultural, amenidades simbólicas, e capital social, que são inimitáveis e dificilmente reproduzíveis, e que conferem singularidade e autenticidade aos lugares, além de povoarem ambientes pós-rurais e/ou urbanos e estilos de vida com baixa emissão de carbono. Também, um melhor equilíbrio entre vida profissional e uma atmosfera inspiradora para o trabalho artístico

e criativo, induzem a atracção de empresas móveis e pessoas criativas, famílias jovens, especialmente talentosas, profissionais de meia-idade em mudança de carreira e reformados activos (Lorenzini & Van Heur, 2011; Markusen, 2006).

Vantagens competitivas baseadas na habitabilidade implicam a consideração de questões como o bem-estar (desportos, saúde, alimentação, estética, etc.), sustentabilidade (ambiente de qualidade, baixos estilos de vida de carbono, modos pendulares sustentáveis, espaços verdes, eficiência energética, etc.) e a inclusão social (o espírito de comunidade, as proximidades sociais, locais de reunião, etc.). Além desses factores, na sua maioria intangíveis, a habitabilidade em pequenas cidades também implica a exigência de um sistema de educação da alta qualidade, que é um factor privilegiado nas decisões de localização dos pais com crianças pequenas. As pessoas estão procurando cada vez mais satisfação e felicidade que não se limita apenas à dimensão económica, mas que se liga com as dimensões sociais, culturais e ambientais da vida (Duxbury & Campbell, 2009; Lewis & Donald, 2009; Muñoz, 2010).

A promoção do empreendedorismo social e do (auto-) empoderamento é o terceiro factor a considerar na análise de estratégias criativas em pequenas cidades. As pessoas criativas atraídas para pequenas áreas urbanas ou contextos pós-rurais tendem a ter um forte espírito empreendedor, o que induz o surgimento de novas empresas culturais e criativas, promovendo a criação de emprego e o crescimento económico (Sands e Reese, 2013; Chaipain *et al.*, 2013; Lee e Rodríguez-Pose, 2013). Estes empreendedores escolhem ambientes pequenos para viver e trabalhar, mas a maioria deles estão conectados a redes regionais, trans-regionais e globais. Neste contexto, essas pessoas criativas podem actuar como "embaixadores" dos territórios, motivando a atracção de pessoas mais criativas, associações e empresas ligadas ao âmbito do conhecimento, à criação artística e à inovação territorial e tecnológica nomeadamente no âmbito industrial local, da agricultura e da floresta e da saúde e do bem-estar, entre outros âmbitos.

Por último, deve salientar-se o potencial destas cidades de média e pequena dimensão do interior português no sistema territorial e hierarquias urbanas e sua participação em redes regionais, trans-regionais e globais. Nos

casos de estudo revisados confirmamos que as cidades de média e pequena dimensão podem desempenhar um papel decisivo como âncoras para o desenvolvimento de regiões envolventes, promovendo a ligação entre o urbano e as áreas (pós-) rurais além de acções conjuntas *win-win* entre actores sociais dos diversos núcleos que formam o território pós-rural policêntrico (ESPON, 2005).⁴

Interessa salientar aqui que a questão das redes é mesmo decisiva para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento devido à ausência de dimensão crítica de grande parte destas cidades.⁵ Os espaços mais amplos detêm frequentemente activos significativos em termos de infra-estruturas materiais e imateriais, o que lhes atribui maior potencial de atractividade e competitividade. Do mesmo modo se torna importante promover a integração da cidade na região para estimular relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e os rurais e dotar o conjunto de cada cidade-região de um maior potencial de desenvolvimento; assim se procurará ganhar dimensão urbana através da cooperação de proximidade, e fomentar complementaridades e economias de aglomeração e racionalizar e qualificar os equipamentos e serviços que as cidades disponibilizam à sua região, em consonância com a estratégia da Comissão Europeia para as cidades médias (Cf. “Cities of Tomorrow. Challenges, visions, ways forward”, 2011; Joint Programme Initiative “Urban Future” – Strategic Research and Innovation Agenda: 2018-2020; “The role of Small and Medium-Sized Towns” European Spatial Planning Observation Network, 2006).

Em países da Europa do Sul, estas cidades continuam a ter um peso marginal quer na estrutura espacial produtiva quer na articulação institucional-administrativa nacional. Neste contexto, os processos de inovação e de mundialização exigem às cidades de média e

pequena dimensão e aos seus territórios a sua integração económica, social e cultural em “redes de cidades” com vocações funcionais semelhantes ou complementares (Vaz e Matos, 2015). Assim, compreende-se, por exemplo, o importante papel do ensino superior nestas regiões de baixa densidade como activo estruturante de dinâmicas de transformação sustentáveis e inovadoras, em contraposição a certas tendências centralistas e intermitentes no sentido de recentralizar a infra-estrutura do ensino superior.

5. PARA UMA NOVA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE DO INTERIOR PORTUGUÊS

O caso particular das cidades de média e pequena dimensão das sub-regiões geográficas da Raia Central Ibérica permite uma melhor compreensão da transição para a pós-ruralidade do interior português. Como foi argumentado ao longo do texto em relação às cidades de média e pequena dimensão do país, o “capital territorial” constitui um factor fundamental na atracção de novas actividades de dinamização socioeconómica, cultural, artístico, criativo e até científico. Assim, com o objectivo de reforçar as oportunidades e contornar os desafios identificados no ponto anterior, torna-se imprescindível um aprofundamento das estratégias de desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente das políticas, estratégias e acções conjuntas derivadas da especialização inteligente RIS3 Centro. Para isso, propomos desde estas linhas uma agenda de investigação baseada em três pontos fundamentais, a operacionalização dos quais deverá reverter em favor do aprofundamento da especialização inteligente RIS3 não só nas diferentes sub-regiões geográficas da Raia Central Ibérica, mas também no resto dos territórios de baixa densidade do interior português.

Em primeiro lugar, torna-se imprescindível uma análise pormenorizada e integral da efectividade do conjunto das estratégias e acções de desenvolvimento (i.e., políticas, planos estratégicos, e investimentos, incluindo o conjunto de parcerias público-privadas criadas ao abrigo do programa RIS3 Centro) que têm vindo a ser prosseguidas por autarquias, actores empresariais e Instituições do Ensino Superior dos territórios de baixa densidade do interior português. Esta análise pormenorizada

⁴ Estes factores estão fortemente relacionados com o nível de policentrismo, e as cidades médias e pequenas enquadram o acordado no âmbito do *ESPON project 1.1.1.* (2005); o policentrismo tem dois aspectos complementares: a sua morfologia relativa à distribuição das áreas urbanas num dado território, e as relações entre áreas urbanas envolvendo redes de fluxos e redes de cooperação

⁵ De notar que de acordo com a Comissão Europeia (A New Partnership for Cohesion, 2004), uma análise das redes de cooperação entre cidades indicava a existência de uma forte rede de grandes metrópoles no centro da Europa mas a ausência de cooperação estratégica entre pequenas e médias cidades europeias.

deveria ir acompanhada de uma monitorização de seguimento dos resultados derivados da promoção dinamizadora da ‘tripla hélice’ nestes territórios. A sua monitorização deverá permitir mobilizar acções de contingência que possam contornar a ocorrência de factores negativos de natureza endógena ou exógena em relação à dinamização socioeconómica destes territórios. Nesse sentido, e em segundo lugar, existem aspectos interessantes que merecem um aprofundamento em futuros trabalhos em torno das potencialidades e oportunidades das Instituições de Ensino Superior enquanto actores estruturantes de territórios de baixa densidade do interior português para a dinamização da co-produção de âmbito criativo-cultural e de *start-ups* tecnológicas enraizadas nesses territórios, sublinhando desde já a necessidade de uma maior e mais activa participação destas instituições na criação e implementação de novas estratégias locais de desenvolvimento económico, cultural, social e urbano mais inovadoras, inclusivas, *smart* e sustentáveis. Também em relação ao papel das Insti-

tuições do Ensino Superior, o terceiro ponto da nova agenda de investigação mencionada deverá focalizar na análise quer quantitativa quer qualitativa dos impactos sociais, espaciais, económicos e culturais derivados do processo de estudentificação verificado em algumas das cidades médias e pequenas dos territórios de baixa densidade do território português. É precisamente através da exploração destas novas dinâmicas socioeconómicas, culturais e lúdicas, produto do recente processo de estudentificação que, eventualmente, até poderão ser identificadas novas oportunidades de captação de mais-valia para o “capital territorial” nestas sub-regiões geográficas do interior do país e contrariando, assim, as dinâmicas regressivas associadas ao despovoamento progressivo destes territórios de baixa densidade do Interior português.

Finalmente, assim é possível no quadro de regressão demográfica ter menos pessoas e no entanto ter melhores condições de vida se elas estiverem mais concentradas em lugares de qualidade e mais integradas em redes globais.

BIBLIOGRAFIA

André, I., & Abreu, A. (2009). Social creativity and post-rural places: the case of Montemor-o-Novo, Portugal. *Canadian Journal of Regional Science*, 32(1), 101.

Battaglia, M., Certomà, C., & Frey, M. (2015), Rethinking Attractiveness. The Transformation of Tangible and Intangible Factors in Post-Rural Areas. *UNISCAPE-En Route*, 1(2): 211-218. https://www.researchgate.net/profile/Chiara_Certoma/publication/305901428_Rethinking_Attractiveness_The_transformation_of_tangible_and_intangible_factors_in_postrural_areas/links/584a81c308ae4a7a6917c404.pdf

Batten, David (1995), Network cities: Creative urban agglomerations for the 21st century. *Urban Studies*, vol. 32 (2): 313-327.

Bell, D. & Jayne, M. (2006). *Small Cities. Urban experience beyond the metropolis*. New York: Routledge.

Benson, M., & O'reilly, K. (2009). Migration and the search for a better way of life: a critical exploration of lifestyle migration. *The sociological review*, 57(4), 608-625.

Buch, T., Hamann, S., Niebuhr, A., & Rossen, A. (2014). What makes cities attractive? The determinants of urban labour migration in Germany. *Urban Studies*, 51(9), 1960-1978.

Camagni, R. (2009). Territorial capital and regional development. In R. Capello & P. Nijkamp (Eds.). *Handbook of Regional Growth and Development Theories*, (pp. Seminal Studies in Regional and Urban Economics (pp. 118-132). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.

Carvalho, Pedro (2014) ”Redes que sustentam o espaço (r) urbano”, in G. Baudin et D. Vaz (orgs) *Transação Territorial: Novas Relações Cidade-Campo*, V. Nova Famalicão: Húmus, pp. 43-58.

Cavaco, Carminda (coord.) (1999), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 135-148.

Chapain C.; Clifton N.; Comunian R. (2013), “Understand creative economy: Bridging the gap between global discourses and regional and national contexts”, *Regional*

Studies, 47 (2):131-134.

Costa, Pedro. (1993). Cidades e urbanização em Portugal: uma sociologia, geografia ou economia urbanas. *SOCIUS Working Papers*, 4/93: 1-25. Retrieved from: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp934.pdf>>

Couto, Alcino (2014) "Economia e cidades criativas em regiões de baixa densidade: re-exame e implicações de política pública", in G. Baudin et D. Vaz (orgs) *Transação Territorial: Novas Relações Cidade-Campo*, V. Nova Famalicão: Húmus, pp. 105-116.

Covas, A. (2007), *Ruralidades I: Temas e problemas do mundo rural*, Universidade do Algarve, Faro.

Dielemen, F.; Faludi, A. (1998), "Randstad, Rhine-Rhur and Flemish Diamond as one Polynucleated Macro-Region?". *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 89 (3): 320-27.

Duxbury N. & Campbell H. (2009), *Developing and revitalizing rural communities through arts and creativity: A literature review*. Prepared for the Creative City Network of Canada.

ENEI (2014), Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente. https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/EstrategiasEInteligente/ENEI_Vers%C3%A3o%20final.pdf

Especialização Inteligente Regional (RIS3) do Centro de Portugal (2016): <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/EstrategiasEInteligente/EREI%20Centro.pdf>

ESPON 2005. *Potentials for polycentric development in Europe*. Final report 1.1.1. European Spatial Planning Observation Network.

Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research policy*, 29 (2), 109-123.

European Commission (2011). "Cities of Tomorrow. Challenges, visions, ways forward". http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final.pdf

European Commission (2016). Joint Programme Initiative "Urban Future" – Strategic Research and Innovation Agenda (2018-2020).

<http://jpiurbaneurope.eu/app/uploads/2016/05/JPI-Urban-Europe-SRIA-Strategic-Research-and-Innovation-Agenda.pdf>

European Commission (2006). Final Report "The role of Small and Medium-Sized Towns" (European Spatial Planning Observation Network).

https://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ESPON2006Projects/StudiesScientificSupportProjects/SmallMediumCities/fr-1.4.1_revised-full.pdf

European Commission (2004), "A New Partnership for Cohesion", third report on economic and social cohesion, Luxemburgo. Office for Official Publications of the European Communities.

Evans, G. L. (2009), From cultural districts to creative clusters—creative spaces in the new city economy. Available at: http://www.londonmet.ac.uk/fms/MRSite/Research/cities/079cultural_quarters_and_urban_regeneration-090722-evans.pdf. Access : 22 Jul. 2009

Fainstein, S. (1990) The changing world economy and urban restructuring, in: D. Judd and M. Parkinson (Eds) *Leadership and Urban Regeneration*, pp. 31±50. Newbury Park: Sage.

Fundação para a Ciência e Tecnologia (2013), Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação. Desafios, Forças e Fraquezas rumo a 2020. <https://www.fct.pt/espinteligente/diagnostico>.

Ferrão, João (Coord.) (2012). Regiões Funcionais, Relações Urbano-Rurais e Política de Coesão Pós-2013 Relatório Final. Lisboa: ICS<http://www.aicesis.org/files/publications/657/ICS_Relatorio_CES_Final_13_Julho_Pt.pdf>

Florida, R. (2002), *The rise of the creative class : and how its transforming work, leisure, community and everyday life*. New York : Basic Books

Frago, Ll. (2011). La metamorfosi del centre a les capitals comarcals: entre tradició i postmodernitat. Dissertação de Doutoramento, Departamento de Geografia Humana, Universidade de Barcelona. < <http://www.tdx.cat/handle/10803/52877>>

Gaspar, Jorge. (2005). *Cidade e urbanização no virar do milénio*. Em *Homenaje a Joaquín González Vecín* (pp. 285-299). León: Departamento de Geografía, Universidad de León.

Guimond, L., & Simard, M. (2010). Gentry-

fication and neo-rural populations in the Québec countryside: Representations of various actors. *Journal of Rural Studies*, 26(4), 449-464.

Halfacree, K. (2009), "Rurality and post-rurality" in R. Kitchin and N. Thrift (eds.) *International Encyclopedia of Human Geography*, Volume 9, pp. 449-456.

Hall, P. (2000). Creative cities and economic development. *Urban studies*, 37(4), 639-649.

Jayne, M.; Gibson, C.; Waitt, G.; Bell, D. (2010), The cultural economy of cities. *Geography Compass*, 4/9, pp. 1408-1417.

Knox, P., & Mayer, H. (2013). *Small town sustainability: Economic, social, and environmental innovation*. Walter de Gruyter.

Landry, C. (2000), *The Creative City: a toolkit for urban innovators*. London: Earthscan

Lazzeretti, L.; Boix, R.; Capone, F. (2008), Do creative industries cluster: mapping creative local production systems in Italy and Spain. *Industry and Innovation*, vol. 15, n° 5, pp. 549-567.

Lazzeretti, L.; Boix, R.; Capone, F. (2009), Why do creative industries cluster? An analysis of the determinants of clustering of creative industries, *IERMB Working Paper in Economics*, n° 09.02.

Lee N. & Rodríguez-Pose, A. (2013), "Creativity, cities and innovation: Evidence from UK SMEs", NESTA WP 13/10

https://www.nesta.org.uk/sites/default/files/creativity_cities_and_innovation_evidence_from_uk_smes.pdf

Leitão, J., & Silva, J. (2012). Ciclo de vida espacial e plataforma institucional na cidade-região da Cova da Beira. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 30: 57-63. <<http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER30/30.4.pdf>>

Leydesdorff, L., & Etzkowitz, H. (1996). Emergence of a Triple Helix of university—industry—government relations. *Science and public policy*, 23 (5), 279-286.

Lewis N. & Donald B. (2009). A new rubric for "Creative City" potencial in Canada's smaller communities. *Urban Studies*, 47 (1):29-54.

Lorenzini, Anne and Bas van Heur (eds.) (2011), *Cultural Political Economy of Small Cities* (Routledge).

Lorenzini, E. (2010), *The extra-urban cultural district: an emerging local production system*. Three Italian Case Studies, Società Italiana di Economia Pubblica/Università di Pavia (Working Paper, 648).

Marissal, P., Van Hamme, G., Van Crieckingen, M., Harou, R., & De Keersmaecker, M. L. (2015). Gentrification dans les villes wallonnes. *Territoire (s)*, 4, 20.

Markusen, A. (2006), Urban development and the politics of a creative class: Evidence from the study of artists. *Environment and Planning A*, 38 (10): 1921-1940.

Mommaas, H. (2004), Cultural Clusters and the Post-industrial city: towards the remapping of urban cultural policy. *Urban Studies*, vol. 41, n° 3, pp. 507-532.

Montès, C. (2012). Les petites villes en Amérique du Nord. (Small towns in North America). *Bulletin de l'Association de géographes français*, 89(4), 571-583.

Muñoz, P. (2010), Beyond talent, diversity and technology: transforming small cities into creative places. *Msc Innovation, Creative and Entrepreneurship*. Newcastle University

Murdoch, J & Pratt, AC 1993, 'Rural studies: Modernism, postmodernism and the 'post-rural'' *Journal of Rural Studies*, vol 9, no. 4, pp. 411-427. DOI: [10.1016/0743-0167\(93\)90053-M](https://doi.org/10.1016/0743-0167(93)90053-M)

Nazareth, J. Manuel (1988). *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. ICS: Lisboa.

Neirotti, P., De Marco, A., Cagliano, A. C., Mangano, G., & Scorrano, F. (2014). Current trends in Smart City initiatives: Some stylised facts. *Cities*, 38, 25-36.

Nelson L. & Nelson, PB (2010). The global rural: Gentrification and linked migration in the rural USA, *Progress in Human Geography*, vol.35, n° 4, pp. 441-459

Peck, J. and Tickell, A. (1992). Local modes of social regulation? Regulation theory, Thatcherism and uneven development, *Geoforum*, 23, pp. 347-364.

Peck, J. (1995) Moving and shaking: business elites, state localism and urban privatism, *Progress in Human Geography*, 19, pp. 16-46.

Pratt, A. C. (1997). The cultural industries production system: a case study of employment change in Britain, 1984–91. *Environment and planning A*, 29 (11), 1953-1974.

Pratt, Andy C. (2004), Creative clusters: to-

wards the governance of the creative industries production system? *Media International Australia*, nº 112, pp. 50-66

Ramos, George; Domingos Santos (2007) - Quadro relacional de inovação, turismo e território: os desafios para as regiões periféricas - o caso da Cova da Beira. *Reunión de Estudios Regionales*, 33 Leon, 15 a 16 Novembro - Actas. [S.l.]: AEER.

Relatório Cities in Europe. 2016 <http://www.pbl.nl/sites/default/files/cms/publicaties/PBL-2016-Cities-in-Europe-2469.pdf>

Rogerson, R. J. (1999). Quality of life and city competitiveness. *Urban studies*, 36(5-6), 969-985.

Sands G. & Reese L. (2013), Fair weather friends? The impact of the creative class on the economic health of mid-sized US metropolitan areas, 1990-2009”, *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, (6): 71-91.

Santos, Domingos, (2014) “A cultura como instrumento de desenvolvimento local em Portugal”, in Pereira, J., Sousa Lopes, M. e Maltez, M. (coords.), *Animação Sociocultural – Turismo, Património, Cultura e Desenvolvimento Local*, Chaves: Ed. Intervenção.

Selada, C.; Cunha, I. (2010). “Criatividade em áreas de baixa densidade: o caso de Vila de Óbidos, in Oliveira das Neves, A. (coord.) *Criatividade e Inovação: Cadernos Sociedade e Trabalho*, Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, pp. 197-211.

Selada, C., Cunha, I., & Tomaz, E. (2011). Creative-based strategies in small cities: A case-study approach. *REDIGE*, 2(2): 79-111.

Schienstock, G. (2005), From Path dependency to Path creation: Finland as a case point. In: *International Conference Economic Sociology: Problems and Prospects*, Rethymno, Crete, Greece. University of Crete.

Scott, A. J. (2006). Creative cities: Conceptual issues and policy questions. *Journal of urban affairs*, 28 (1), 1-17.

Simões, Maria J. (2005), *Empresarialidade em territórios de baixa densidade*, Covilhã: UBI, Serviços Gráficos.

Taylor P J, (2004), *World City Network* (Routledge, London)

Tur, J. N. (2012). *The Future of Non-metropolitan Regions in the European Union: A Member-state Comparative Report* (Vol. 11). Universitat de València.

Urban Europe — Statistics on cities, towns and suburbs (ISBN: 978-92-79-60139-2; doi: 10.2785/91120; Cat. No: KS-01-16-691-EN-N).

Van Heur, B. (2010), Small cities and the geographical bias of creative industries research and policy. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure & Events*, v. 2, nº 2, pp. 189-192.

Vaz, Domingos & M. João Matos (2015) “Regional Polycentrism in a Mountainous Territory. The case of Covilhã (Portugal) and Alpine cities”, *European Planning Studies*. 23:2, 379-397.